



ESCANEI-ME

CIANORTE,
Terça-Feira
15 de Outubro
2024

EDIÇÃO Nº 9300 B-1

Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 1.144/2024

SÚMULA: Institui o Programa de Capacitação do Servidor Público Municipal no Âmbito do Poder Executivo Municipal

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei.

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município de Japurá, o Programa de Capacitação do Servidor Público Municipal, com as seguintes finalidades:

I - Aprimorar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços públicos prestados ao cidadão e a sociedade;

II - Aperfeiçoar as ações da Administração Pública Municipal, mediante formação, capacitação e construção do conhecimento, competências e responsabilidades do servidor;

III - Identificar e promover o desenvolvimento das potencialidades, habilidades e competências do servidor;

IV - Promover o uso de tecnologias de informação com aplicações relacionadas às práticas de capacitação;

V - Divulgar, gerenciar e acompanhar os resultados e benefícios do programa de capacitação do servidor público municipal;

VI - Racionalizar e otimizar os recursos físicos, humanos e financeiros nos processos de capacitação;

VII - Estimular a mudança de atitude do servidor para criar um ambiente satisfatório no trabalho, aumentando a motivação e a receptividade às novas necessidades da administração pública municipal;

VIII - Tornar o servidor público agente de sua própria capacitação nas áreas de interesse da administração pública municipal.

Art. 2º O Programa de Capacitação do Servidor Público Municipal será implementado levando-se em consideração as seguintes linhas de desenvolvimento:

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º - Integração ao Serviço Público: Ações que visam o conhecimento da função da Administração Pública Municipal, das especificidades do serviço público e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente;

Art. 2º - Gestão: Ações que visam a oferta de informações ao servidor sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;

Art. 3º - Educação Formal: Ações que visam a promoção e incentivo à continuidade da educação formal nos diversos níveis de formação;

Art. 4º - Gestão: Ações que visam preparar o servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento;

Art. 5º - Específicas: Ações que visam a capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao setor ou projeto em que atua e ao cargo que ocupa.

Art. 3º Para fins desta Lei entende-se por:

I - Capacitação: Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento profissional individual e institucional, criação de conhecimento e inovação;

II - Eventos de capacitação: Cursos presenciais e à distância, aperfeiçoamento, aprendizagem em serviço, núcleos de estudos, programas, seminários, congressos, simpósios, jornadas, fóruns, encontros, conferências, oficinas, "workshops" e atividades congêneres que contribuam para o desenvolvimento do servidor e atendam aos interesses e exigências do serviço público municipal;

III - Desenvolvimento: Processo contínuo que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades do servidor, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos do serviço público municipal.

Art. 4º São responsáveis pelo Programa de Capacitação do Servidor Público:

I - Como órgão central, a Divisão de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, a quem caberá a sua coordenação;

II - Como órgãos setoriais, as Secretarias Municipais e órgãos equivalentes, aos quais caberá o levantamento das necessidades, encaminhamento das informações e apoio na organização dos eventos de capacitação, dentro dos prazos previamente estabelecidos.

§ 1º As secretarias municipais deverão elaborar proposta anual de capacitação indicando as necessidades, prioridades e o número de servidores a serem capacitados.

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

§ 2º A proposta anual de capacitação prevista no parágrafo primeiro, deverá conter, obrigatoriamente, indicadores claros da necessidade, bem como, os objetivos e metas que se espera alcançar por meio da capacitação.

§ 3º A Divisão de Recursos Humanos, com base nos planos propostos e negociações quanto às prioridades e a capacidade de atendimento e orçamento, elaborará o Plano Anual de Capacitação.

Art. 5º Ao término de cada evento de capacitação será realizado avaliação por meio de questionário a fim de verificar o grau de satisfação dos servidores em relação ao conteúdo programático, metodologia, carga horária, local e instrutor.

Art. 6º Após realização de cada evento de capacitação será elaborada e aplicada avaliação de resultados baseada nos indicadores apresentados nas propostas anuais.

Art. 7º A participação do servidor no Programa de Capacitação estará condicionada ao que segue:

I - Aprovação do superior imediato e do Secretário da pasta;

II - Atendimento aos pré-requisitos exigidos, quando couber;

III - Correção da capacitação com:

a) O cargo ou função ocupado; ou

b) A área em que atua; ou

c) O interesse da administração.

Art. 8º A ausência não justificada do servidor nas atividades de capacitação propostas, realizadas durante o horário de trabalho, configurará insubordinação e falta ao serviço, ficando sujeito às sanções legais.

Parágrafo Único - Além do disposto no caput do artigo, o servidor deverá ressarir o Município, proporcionalmente, relativo às faltas apuradas, dos investimentos demandados com a realização da capacitação.

Art. 9º O servidor após tomar posse no cargo, deverá, obrigatoriamente, participar de capacitação de integração ao serviço público, conforme ação prevista no inciso I do artigo 2º desta Lei.

Art. 10 As liberações a pedido do servidor, para realização de cursos e de estágio obrigatório de cursos técnicos e de graduação que demandem dispensa do trabalho, poderão ser efetuadas unicamente mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração.

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

desde que garantida à continuidade dos serviços, respeitado o interesse público e condicionado a reposição das respectivas horas.

§ 1º O requerimento e justificativa de dispensa deverão ser protocolados, devendo, obrigatoriamente, estar acompanhado de documento declaratório da instituição de ensino, com as datas e horários de realização do curso ou estágio.

§ 2º A reposição das horas deverá se efetivar em no máximo 30 (trinta) dias após o término do período de estágio ou do curso, sob pena de se apurarem como faltas não justificadas os dias de ausência.

Art. 11 A liberação será concedida mediante o atendimento dos seguintes critérios:

I - Anuência da Secretaria de Educação do servidor;

II - Não interferir no andamento das atividades da unidade de lotação do servidor dispensado, nem gerar custos com horas extras;

III - Disponibilidade de horários e locais para reposição dos dias dispensados;

IV - O curso deverá ter correlação com a atividade exercida ou com o cargo do servidor.

Art. 12 O servidor poderá se afastar parcialmente, sem prejuízos de sua remuneração e sem necessidade de reposição dos dias de trabalho, quando da realização de cursos por determinação da Administração Municipal.

Art. 13 O servidor autorizado e/ou convocado a participar do Programa de Capacitação, em caso de ausência, frequência insuficiente e/ou reprovação por motivo de falta injustificada deverá ressarcir ao Município de todos os investimentos decorrentes da realização de respectiva capacitação.

Art. 14 A capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Município de Japurá, poderá ocorrer das seguintes formas:

I - Contratação de profissionais ou empresas para realização de cursos presenciais no município de Japurá;

II - Contratação de profissionais ou empresas para realização de cursos on-line ou EaD;

III - Pagamento de inscrições em eventos de capacitação realizados fora do município de Japurá;

IV - Capacitação continuada realizada pelas próprias secretarias, com a disponibilização de instrutores internos, do quadro geral de servidores ou cedidos por órgãos estaduais.

Parágrafo Único - As contratações de profissionais ou empresas devem seguir os procedimentos contidos na Lei de Licitações e Contratos.

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

Art. 15 Consideram-se atividades de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos aquelas destinadas ao crescimento profissional e pessoal dos servidores do Município de Japurá organizadas na forma do artigo 3º desta Lei.

Art. 16 Poderão cadastrar-se como instrutores internos:

I - Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;

II - Os servidores ocupantes de funções gratificadas ou cargos em comissão.

Art. 17 A Divisão de Recursos Humanos promoverá o cadastramento de instrutores internos para selecionar o que melhor atenda à consecução dos objetivos pretendidos por ocasião da realização dos cursos e ou das capacitações.

§ 1º Não poderá exercer a atividade como instrutor interno o servidor que:

I - Estiver em gozo de licenças previstas na Lei Municipal Nº 024/2003 e suas alterações;

II - Possuir registro de penalidade administrativa aplicada por meio de processo administrativo disciplinar, nos últimos 05 (cinco) anos que antecederem a seleção;

III - Possuir registro de falta injustificada nos últimos 12 (doze) meses que antecederem a seleção.

Art. 18 Os candidatos a instrutor interno serão cadastrados nas áreas em que comprovadamente possuam o nível de escolaridade necessário e a especialização ou experiência profissional compatível.

Parágrafo Único O cadastro a que se refere o caput deste artigo será atualizado periodicamente, de acordo com as necessidades.

Art. 19 A instrutoria interna deverá ser realizada, preferencialmente, no horário normal de trabalho do servidor instrutor.

Art. 20 A comprovação da participação dos servidores nas capacitações deverá ser através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Certificado de conclusão do curso;

II - Comprovante de participação no evento de capacitação;

III - Lista de presença;

IV - Registro fotográfico do evento;

Art. 21 O Chefe do Poder Executivo expedirá regulamentação específica para a devida efetivação do disposto nesta Lei.

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CNPJ: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

Art. 22 As despesas com a execução deste programa ocorrerão por conta de dotação orçamentária específica, suplementada se necessário.

Art. 23 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Peres Filho de Japurá em 10 de outubro de 2024.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: th@japura.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

ERNANI ALVES DA CUNHA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT, a licença prévia para Fabricação de Produtos de Carne não Integrados ao Abate, e ser implantada na GLEBA PATRIMÔNIO CIANORTE, 802 - Área Rural de Cianorte - 87212-899 - Cianorte/PR.

Prefeitura Municipal de São Tomé
Praça Professor Pedro Feccho, 248 - Fone: (0xx44) 3607-1280
CEP 87228-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2024
LICITAÇÃO Nº 73 - Processo dispensa eletrônica Nº18/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: MOVE FIT CIANORTE LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.
VALOR GLOBAL: 24.862,10 (Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Dez Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 11/10/2024

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de São Tomé
CNPJ: 01.508.970/0001-65
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHO, 14 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1772
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2024
LICITAÇÃO Nº 2 - Processo dispensa eletrônica Nº13/2024
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: CSD SOLUCOES ACESSOES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE POLTRONAS DESTINADAS AO AUDITÓRIO E PLANO DE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ - PR.
VALOR GLOBAL: 11.000,00 (onze mil) reais.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2024

ERIVALDO DA CRUZ
Presidente da Câmara

Câmara Municipal de São Tomé
CNPJ: 01.508.970/0001-65
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHO, 14 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1772
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2024
LICITAÇÃO Nº 1 - Processo dispensa eletrônica Nº13/2024
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: PERLEX MOVES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE POLTRONAS DESTINADAS AO AUDITÓRIO E PLANO DE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ - PR.
VALOR GLOBAL: 17.352,40 (Dezessete Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Quarenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2024

ERIVALDO DA CRUZ
Presidente da Câmara

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ: 01.508.970/0001-65
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHO, 248 - FONE: (0xx44) 3607-1280
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br
CEP 87228-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 18

1. DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
1.1. O Prefeito do Município de São Tomé, Ocelio Cesar Ferreira Leite, reconhece a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no item II do art. 4º da Lei Nº 14.133/2021, fundamentado no inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133/2021, que trata da contratação de empresa para fornecimento de medalhas e troféus para atender às necessidades do Departamento Municipal de Esportes.

2. DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
2.1. Justificativa e razão da escolha do fornecedor:
2.1.1. O fornecedor escolhido é aquele que apresentou a proposta no menor valor no sistema Compras@PR, no caso de outros serviços e compras. (Redação dada pela Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021).

3. DA EXECUÇÃO DO ATO
3.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

4. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
4.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

5. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
5.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

6. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
6.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

7. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
7.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

8. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
8.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

9. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
9.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

10. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
10.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

11. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
11.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

12. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
12.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

13. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
13.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

14. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
14.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

15. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
15.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

16. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
16.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

17. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
17.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

18. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
18.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

19. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
19.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

20. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
20.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

21. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
21.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

22. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
22.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

23. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
23.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

24. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
24.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

25. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
25.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

26. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
26.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

27. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
27.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

28. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
28.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

29. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
29.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

30. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
30.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

31. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
31.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

32. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
32.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

33. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
33.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

34. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
34.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

35. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
35.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

36. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
36.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

37. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
37.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

38. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
38.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

39. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
39.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

40. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
40.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

41. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
41.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

42. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
42.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

43. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
43.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

44. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
44.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

45. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
45.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

46. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
46.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

47. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
47.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

48. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
48.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

49. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
49.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

50. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
50.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

51. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
51.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

52. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
52.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

53. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
53.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

54. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
54.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

55. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
55.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

56. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
56.1. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé, conforme determina o § 2º do artigo 9º da Lei Nº 14.133/2021, em conformidade com o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

57. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO
57.1.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 167/2024

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER – A servidora Pública Municipal Senhora SELMA REGINA FANHANI APOLINARIO, matrícula de nº 63061, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 49080247 SSP/PR, LICENÇA ESPECIAL, do período aquisitivo de 09/06/2008 a 08/06/2013, com período de concessão para 09/10/2024 a 06/01/2025, conforme dispõe o Artigo 111 da Lei Municipal nº 1710/19 de 30/10/2019 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Jussara) e requerimento protocolado sob nº 10865/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 02 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 171/2024

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal senhor Ataíde Henrique da Silva, licença para tratamento de saúde de 120 (cento e vinte) dias, no período de 01/10/2024 a 28/01/2025 conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 11 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 04/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 22 de abril de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0095094 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 18 de março de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 6806/2024

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR – A senhora JESSICA BEATRIZ DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada em Jussara – Pr., Portadora da Cédula de Identidade RG nº 105135558 SSP/PR, para o Cargo de Provedor em Comissão de DIRETOR DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, DA MULHER E IGUALDADE RACIAL, Símbolo CC-2, a partir de 09 de outubro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Ao 09 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 6811/2024

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - EXONERAR – A pedido a Senhora PIETRA MARIANA RUIZ LACERDA, brasileira, residente e domiciliada em Jussara, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.720.525-4 SSP/PR, do Cargo de Provedor em Comissão de CHEFE DE IMPRENSA, a partir de 11 de outubro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
Aos 11 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 04/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 22 de abril de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0095094 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 18 de março de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 6810/2024.

“DISPÕE SOBRE “PONTO FACULTATIVO” NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS” EM COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado “PONTO FACULTATIVO” no dia 28 de outubro de 2024 (segunda-feira), nas repartições Públicas do Município de Jussara, em comemoração ao dia do Servidor Público.

Art. 2º - Exclui-se da aplicação do disposto neste Artigo anterior, o setor de Educação que dispõe de calendário escolar e o Órgão de atividade essencial a população o Hospital Municipal, limpeza pública.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Jussara/PR, aos 11 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 6812/2024

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal nº 1.959 de 15/08/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias, a serem criadas:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
06	009	1339200112021	01063	Manutenção das Atividades de Cultura	3.3.90.31	4.883,00	
06	009	1339200112021	01063	Manutenção das Atividades de Cultura	3.3.90.48	13.119,00	
TOTAL							20.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso nº 1063 – Recursos da Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 – Política Nacional Almir Blanc – PNAB, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a incluir as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2024, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2024 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara/PR., 14 de outubro de 2024.

Original Assinado
ROBISON PEDROSO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 05/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 15 de maio de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0098007 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 15 de maio de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72-2024
Processo Adm. Nº 103-2024

Objeto: Futura e eventual aquisição de material de consumo, sendo itens para o desenvolvimento de atividades físicas, destinados ao Grupo Maioridade em Ação (3ª Idade). Empresas vencedoras valor total: R\$ 4.489,42 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

JULIO GARALUZ (52994508000156) com os lotes: 2, 5, 6 no valor total de R\$ 567,56 (quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

MOVE FIT CIANORTE LTDA (40071069000120) com os lotes: 1, 3, 4, 8 no valor total de R\$ 2.772,06 (dois mil e setecentos e setenta e dois reais e seis centavos).

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51740794000160) com os lotes: 7 no valor total de R\$ 1.149,80 (um mil e cento e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICÍPIO DE JUSSARA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133/2021, e suas alterações, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

JUSSARA (PR), sexta-feira, 11 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL
AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 03/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 18 de março de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0092754 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 18 de março de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 170/2024.

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

DETERMINAR – Ao servidor Público Municipal Senhor EDSON VANDERLEI RIGOLDI, ocupante do cargo de Agente de Coleta de Lixo, tendo em vista que o mesmo está impossibilitado de exercer as funções de seu cargo, conforme atestado médico apresentado e homologado por junta médica do município, considerando ainda os dispositivos contido no Artigo 98, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019, resolve determinar que o servidor, a partir desta data e por tempo indeterminado, desempenhe suas funções no Pátio Municipal desde que essas funções não exijam grandes esforços físicos.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 03 de outubro de 2024.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 03/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 18 de março de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0092754 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 18 de março de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO – 05/2024

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que no dia 15 de maio de 2024 a Prefeitura Municipal de Jussara recebeu a doação de 2.000 (dois mil) litros de etanol hidratado, conforme nota fiscal de número 0098007 série 10 da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, inscrita no CNPJ – 61.082.962/0003-93, para uso de todos os setores municipais.

Jussara, 15 de maio de 2024.

Valdeci Pereira Lima
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024
PRÊMIO CULTURA GASTRONÔMICA DE JUSSARA - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)

A POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

1. **PREÂMBULO (parte inicial)**
1.1. O MUNICÍPIO DE JUSSARA – PARANÁ, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições, subsidiariamente a Lei nº 14.903/2024, Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), TORNAR PÚBLICO o chamamento de premiação da cultura gastronômica de Jussara.
1.2. As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade no município de Jussara por meio de reunião convocada no diário oficial no dia 20 de março de 2024 e que teve como resultado ata em 09 de maio de 2024 e plano anual de aplicação dos recursos publicados em 15 de maio de 2024.
1.3. O edital integra o conjunto de ações do poder executivo para o fortalecimento das políticas públicas para a cultura em consolidação do Sistema Municipal de Cultura de Jussara/PR, implantado pela Lei nº 1.907/2023, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Cultura e no art. 216-A da Constituição Federal de 1.988, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Cultura e no art. 216-A da Constituição Federal.
1.4. O presente edital destina-se a fomentar a economia da cultura no município de Jussara, incentivando a formação cultural.
1.5. A cultura gastronômica é história, costumes, hábitos e memória de um povo, contada por temperos, sabores, cheiros, gostos e sensações e, este Edital tem o objetivo de promover a economia da cultura selecionando a identidade gastronômica de Jussara e seu prato típico.

2. **DO OBJETO DO EDITAL**
2.1. O objeto deste Edital é a premiação de fazedores e fazedoras de cultura gastronômica de Jussara, podendo participar **pessoas físicas**, civilmente capazes ou representados legalmente.
2.2. O edital implementa a Lei nº 14.399/2022 em seu art. 5º, inciso III – concessão de prêmios mediante seleções públicas.
2.3. O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

3. **DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO - MODALIDADES**
3.1. O Edital fomenta o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, art. 2º, inciso IV - a manifestações culturais.
3.2. As premiações serão para agentes culturais com residência no município de Jussara/PR.
3.3. Serão premiados 03 agentes culturais pessoas físicas, da área cultural gastronômica.
3.4. O agente cultural poderá concorrer com apenas 01 inscrição.
3.5. O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.

4. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
4.1. Será disponibilizado para o presente Edital o valor de **R\$ 6.881,00** (seis mil, oitocentos e oitenta reais e um centavo), sendo:
I. **03 prêmios no valor de R\$ 2.293,66** (dois mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) cada, sendo 01 das vagas acima, cota para pessoa negra, conforme Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023.
4.2. Os recursos necessários ao pagamento das despesas correrão pela Dotação Orçamentária: 0600913392001120211063 Manutenção das Atividades de Cultura -3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.
4.3. Caso não sejam preenchidas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB ou outras ações culturais previstas na Lei nº 14.399/2022 e no PAAR do município Jussara, publicado em 15 de maio de 2024.

5. **DAS INSCRIÇÕES (prazo para inscrição)**
5.1. As inscrições serão realizadas no período de **15 a 29 de outubro** de 2024 até às **23:59**, por meio do link <https://forms.gle/AX5o39o3Jl4hkmHJA>.
5.2. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações.
5.3. As inscrições deste edital são gratuitas.

6. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (quem pode participar)**
6.1. Poderá participar deste edital agente cultural pessoa física, com **residência ou sede no município de JUSSARA/PR**.
6.2. Cada agente cultural poderá participar com apenas 01 inscrição e consequentemente, ser contemplado com apenas 01 premiação.
6.3. O participante deverá ter histórico familiar de residência no município de Jussara e comprovar pelo menos 02 anos de residência no município.

7. **DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES (quem NÃO pode participar)**
7.1. Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
7.2. O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 7.1.
7.3. As pessoas jurídicas, estarão impedidas, aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no 7.1.
7.4. A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

8. **DAS ETAPAS DO EDITAL/CRONOGRAMA**
8.1. O cronograma abaixo é passível de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações por meio das mídias oficiais do município de Jussara e no site <https://www.jussara.pr.gov.br>
8.2. O edital é composto pelas seguintes etapas:

AÇÃO	DATA/PERÍODO
Período de inscrição	15 a 29/10/2024
ETAPA DE SELEÇÃO TÉCNICA E DE MÉRITO ARTÍSTICO	
Análise análise das inscrições	30 e 31/10/2024
Publicação das inscrições homologadas	01/11/2024
Interposição de recurso na fase de mérito artístico cultural	04 a 06/11/2024 (03 dias úteis)
Análise de recurso – fase das inscrições	07/11/2024
Homologação final dos inscritos	08/11/2024
ETAPA DE JURI – MÉRITO DA APRESENTAÇÃO	
Apresentação para degustação e análise do júri	11/11/2024
Publicação do resultado final do JURI – homologação	12/11/2024
ETAPA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO (documentos de habilitação)	
Período de recebimento dos documentos de habilitação (certidões, documentos, comprovantes e outros, conforme Edital)	13 e 18/11/2024
Análise dos documentos de habilitação	19/11/2024
Publicação do 1º resultado da análise dos documentos de habilitação	21/11/2024
Interposição de recurso na fase dos documentos de habilitação	22 a 26/11/2024 (03 dias úteis)
Análise de recurso da fase dos documentos de habilitação	27/11/2024
Publicação do resultado final – homologação	28/11/2024
Convocação dos premiados para assinatura termo de premiação cultural	A partir de 29/11/2024

9. **DAS EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO**
9.1. O proponente deverá fazer o preenchimento do formulário de inscrição on-line acessado pelo link <https://forms.gle/AX5o39o3Jl4hkmHJA>, inserindo informações e anexando documentos (no formato PDF).
9.2. Antes de efetuar a inscrição, o agente cultural deverá conhecer o edital em sua integralidade e certificar-se de que cumpre os requisitos exigidos.
9.3. O interessado deverá tomar ciência das opções do formulário de inscrição, fazendo a verificação das informações necessárias, organizando toda a documentação exigida para iniciar a inscrição.
9.4. O formulário on-line não permite salvar os dados para editar posteriormente, caso esteja no prazo de inscrição e for necessário, o proponente poderá enviar nova inscrição, anulando a anterior.
9.5. O agente cultural deverá anexar no formulário de inscrição os seguintes documentos/informações:
I. Formulário de inscrição (contando a história da receita e a receita);
II. Anexar currículo/portfólio;
III. Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito artístico cultural, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sites da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado a inscrição como agente cultural.
IV. Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
V. Autodeclaração étnico-racial, se for concorrer às cotas.
9.6. O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações.
9.7. A inscrição implica no conhecimento e concordância com os termos e condições previstos neste Edital, Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).
9.8. O agente cultural deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais de comunicação utilizado pelo órgão gestor de cultura do município.
9.9. Os agentes culturais integrantes de grupos vulneráveis, com dificuldade de realizar a inscrição, poderão entrar em contato com o órgão gestor, que poderá admitir a inscrição em

formatos alternativos, tais como: inscrições impressas, orais ou por vídeos; e em outras línguas, tais como Libras (Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023).

10. **DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE**
10.1. A Organização do evento oferecerá medidas de acessibilidade em cumprimento ao art. 18 da IN MINC nº 10 de 28 de dezembro de 2023, sendo medidas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal compatíveis com as características do evento, de modo a contemplar:
I - **medidas de acessibilidade arquitetônica:** com recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizará o curso/oficina, bem como espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação, circulação, palcos e camarins; criação de vagas reservadas em estacionamento; previsão de filas preferenciais devidamente identificadas;
II - **medidas de acessibilidade comunicacional:** com recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo curso/oficina, com reserva de espaços para pessoas surdas, preferencialmente na frente do palco onde se localizam os intérpretes de libras; e
III - **medidas de acessibilidade atitudinal:** com profissionais sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento do curso/oficina, quando possível, a formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural contemplando a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

11. **DA COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA**
11.1. A comissão de análise e seleção técnica e de mérito artístico cultural será coordenada por Leidiane Aparecida Giroto dos Santos, Diretora Municipal de Cultura.
11.2. A comissão de análise e seleção técnica e de mérito artístico cultural será formada pelos seguintes membros:
I. Juraci de Almeida de Souza – representante da sociedade civil
II. Magnólia Pires Silveira – representante da sociedade civil
III. Silvia Maria Toloni Maranhão – representante do governo municipal
11.3. Os membros da citada comissão e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
11.4. Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/entead, cunhado/cunhada.
11.5. Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

12. **DA ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL**
12.1. Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito artístico cultural dos candidatos, compreendendo:
I. Análise de mérito cultural é a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes da ação do agente cultural, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos na tabela abaixo.
II. Análise comparativa, compreendendo-se a análise dos itens individuais de cada agente cultural, e de seus impactos e relevância em relação a outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada candidato é atribuída em função desta comparação.
12.2. A avaliação dos inscritos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição na tabela abaixo.
12.3. Serão atribuídas notas para os seguintes aspectos:
- | DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
|---|------------------|
| CRITÉRIOS OBRIGATORÍOS | |
| Trajetória artística e cultural do candidato - Será considerada para fins de análise, a carreira do proponente na área, com base no currículo e comprovações enviadas. | 30 |
| Relevância das ações do candidato para o cenário cultural do município de Jussara - Será considerado, para fins de avaliação e valoração, se as ações já realizadas pelo candidato contribuiu para o enriquecimento e valorização da cultura do município de Jussara. | 30 |
| Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social – serão avaliadas integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc | 10 |
| Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social – serão avaliadas ações que o candidato já realizou atendendo pessoas idosas, crianças, pessoas negras, etc) | 10 |
| Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua – serão consideradas realizações de ações dentro da comunidade, tais como: contratação de profissionais da comunidade, participação de profissionais em projetos e ações já protagonizadas pelo agente cultural, etc | 20 |
- 12.4. A pontuação final de cada candidatura será por média das notas dos avaliadores.

- 12.5. Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
12.6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação a maior nota nos critérios de acordo com a ordem da tabela de pontuação acima.
12.7. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate a maior idade, se ainda sim permanecer o empate será desempate por sorteio.
12.8. Serão considerados aptos os candidatos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
12.9. Serão desclassificados os candidatos que: receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios; apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
12.10. O resultado provisório da etapa de análise de técnica será divulgado no site <https://www.jussara.pr.gov.br>
12.11. Contra a decisão da fase de análise, caberá recurso destinado à Divisão de Cultura, que deve ser apresentado por meio do e-mail: cultura@jussara.pr.gov.br no prazo de 03 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.12. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de análise de mérito será divulgado no site do município.

13. **DA APRESENTAÇÃO AO JURI**
13.1. O evento de apresentação dos pratos será realizado na **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo**, na Avenida Napoleão Moreira da Silva, 65, **no dia 11 de novembro de 2024, a partir das 9:00**.
13.2. A ordem de apresentação será por sorteio, na presença dos candidatos.
13.3. O júri será formado por:
I. Idorvil Sechini
II. Wellington Vilmar Coelho
III. Sonia Maria Petek Moro
IV. Micheli Buhrer dos Santos

14. **DA ANÁLISE DE MÉRITO GATRONÔMICO**
14.1. A avaliação das apresentações será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição na tabela abaixo.
14.2. Serão atribuídas as seguintes notas:
- | CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO | PONTUAÇÃO |
|--|-----------|
| Histórico da receita na família: A riqueza do prato como referência e relevância para patrimônio gastronômico do município de Jussara/PR | 50 |

- | | |
|---|----|
| Qualidade dos ingredientes: A frescura e a qualidade dos ingredientes utilizados são importantes. | 10 |
| Consistência: A consistência entre as visitas é um critério de avaliação. | 10 |
| Harmonização: A harmonização, ou seja, o equilíbrio dos elementos em uma receita, é um critério de avaliação. | 10 |
| Sensação final: A sensação final é um critério de avaliação. | 20 |
- 14.3. Como critérios de desempates serão utilizados, nessa ordem: notas descartadas, maior nota descartada e, em último caso, consenso entre os jurados.
14.4. Os classificados para a Etapa Final (prato típico) terão seus nomes divulgados em ORDEM ALFABÉTICA para **votação popular** nas mídias sociais do município de Jussara, não sendo divulgadas as notas e nem a ordem de classificação dos mesmos.
14.5. As decisões do júri são irrevocáveis, não cabendo recurso.
14.6. O resultado será divulgado no site <https://www.jussara.pr.gov.br>

15. **ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL / FISCAL**
15.1. Finalizada a etapa de análise de mérito do júri, o agente cultural selecionado no mérito, terá o prazo de 03 dias útil para apresentar os documentos de habilitação, conforme segue:
I. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União
II. certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do Governo do Paraná
III. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior de Trabalho
IV. certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários municipais expedida pela Prefeitura Municipal;
V. documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
VI. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
15.2. A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III. que se encontrem em situação de rua.
15.3. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
15.4. Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
15.5. Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos aprovados.

- 15.6. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao Departamento de Cultura, que deve ser apresentado por meio do e-mail cultura@jussara.pr.gov.br no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
15.7. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
15.8. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site <https://www.jussara.pr.gov.br>
15.9. Após essa etapa, não caberá mais recurso.
15.10. A Comissão de Avaliação Documental/Habilitação, será coordenada por Leidiane Aparecida Giroto dos Santos, Diretora Municipal de Cultura, juntamente com departamentos técnicos do município.

16. **DA ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL**
16.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural premiado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme anexo deste Edital, podendo ser assinatura física (presencial) ou eletrônica.
16.2. Após a assinatura do Termo de Premiação Cultural, o recurso será transferido em conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) ou em nome do seu representante legal no caso de menor de idade.
16.3. O pagamento das premiações será realizado por meio de transferência bancária no prazo de 30 dias úteis, após o término do festival e assinatura do termo de premiação cultural.

17. **DO JURI POPULAR – PRATO TÍPICO**
17.1. As 03 receitas premiadas serão divulgadas nas mídias sociais para a escolha por júri popular.
17.2. Os municípios (júri popular) poderão participar da escolha do prato típico do município de Jussara, votando nos premiados.
17.3. A votação popular será on-line e divulgada no site do município <https://www.jussara.pr.gov.br>
17.4. O período de votação popular será de 03 dias.
17.5. A receita mais votada será eleita oficialmente como PRATO TÍPICO do município de Jussara/PR.

18. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
18.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade da proponente. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site <https://www.jussara.pr.gov.br>
18.2. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, Lei nº 14.903/2024, Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 e Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
18.3. Ao se inscrever, o agente cultural, permite que o Município de Jussara, faça o uso de imagens do premiado, para fins de divulgação, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos às imagens.
18.4. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.
18.5. O agente cultural será o único responsável pela veracidade de informações declaradas na inscrição e documentos encaminhados, isentando o município de Jussara/PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.6. O pagamento somente será realizado por meio de transferência em conta bancária em nome do agente cultural contemplado, após assinatura do termo de premiação cultural.
18.7. A administração poderá solicitar documentos complementares para efetivação do pagamento, caso julgue necessário.
18.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Cultura, com devido amparo legal.
18.9. Caso o interessado tenha dificuldade ou dúvidas na realização da inscrição poderá entrar em contato pelo telefone de contato (44) 3628-1022, pelo e-mail: cultura@jussara.pr.gov.br ou pessoalmente na Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, na Avenida Napoleão Moreira da Silva, nº65, de segunda a sexta das 8h30 às 11:30 e das 13h30 às 17:00.

- 18.10. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade de 12 meses após a publicação do resultado final.
19. **DOS ANEXOS QUE COMPÕEM ESTE EDITAL** (disponíveis por meio do link <https://forms.gle/AX5o39o3Jl4hkmHJA>):
19.1. Anexo I - Formulário de Inscrição
19.2. Anexo II - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
19.3. Anexo III - Termo de Premiação Cultural
19.4. Anexo IV - Autodeclaração Étnico-racial
19.5. Anexo VI – Formulário de Recurso

Jussara/PR, 14 de outubro de 2024.

Silvia Maria Toloni Maranhão
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Leidiane Aparecida Giroto dos Santos
Diretora Municipal de Cultura



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08 - 2024

O Município de Jussara, através da Divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SPP nº 73-2024. Homologado em 11-10-2024.

Objeto: Futura e eventual aquisição de material de consumo, sendo itens para o desenvolvimento de atividades físicas, destinados ao Grupo Maternal em Ação (3ª Idade).
Prazo da Ata de Registro de Preço: 12 meses a partir de sua assinatura.

Fornecedor: JG MOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 52.994.508/0001-56.
Valor: R\$ 567,56 (quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Faixa elástica Resistência Média - Material utilizado para exercícios físicos de reabilitação e fortalecimento. Confeccionada em borracha, com sistema de resistência progressiva, 1 metro de comprimento e grau de resistência média.	UND	5	R\$ 43,90	R\$ 219,50	livrap livrap
				TOTAL:	R\$ 219,50	

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Hadser emborrachado 02 kg. Equipamento utilizado para exercícios musculares. Em ferro fundido, revestida com vinil PVC, camada impermeável, protegida contra oxidação e impacto. Em cores diferentes para identificar o peso, com peso de 02 kg.	UND	3	R\$ 49,00	R\$ 147,00	arletus arletus
				TOTAL:	R\$ 147,00	

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Hadser emborrachado 03 kg. Equipamento utilizado para exercícios musculares. Em ferro fundido, revestida com vinil PVC, camada impermeável, protegida contra oxidação e impacto. Em cores diferentes para identificar o peso, com peso de 03 kg.	UND	3	R\$ 67,02	R\$ 201,06	arletus arletus
				TOTAL:	R\$ 201,06	

Fornecedor: MOVE FIT CIANORTE LTDA, CNPJ: 40.071.069/0001-20.
Valor: R\$ 2.772,06 (dois mil, setecentos e setenta e dois reais e sete centavos).

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Sup. Equipamento para exercício físico. Dimensões aproximadas 60x30x10 em E.V.A com superfície antiderrapante.	UND	10	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00	FISTA E CAMPO E.V.A - CLASSICO
				TOTAL:	R\$ 1.350,00	

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Faixa elástica Resistência Forte - Material utilizado para exercícios físicos de reabilitação e fortalecimento. Confeccionada em borracha, com sistema de resistência progressiva, 1 metro de comprimento, grau de resistência forte.	UND	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00	FISTA E CAMPO FESD
				TOTAL:	R\$ 150,00	

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Kit treinamento funcional composto por 01 cascata de agulhas + 10 cones + 10 grades.	KIT	3	R\$ 57,49	R\$ 172,47	FISTA E CAMPO KIT
				TOTAL:	R\$ 172,47	

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Mini bicicleta dobrável com monitor	UND	2	R\$ 427,53	R\$ 855,06	FISTA E CAMPO PRO DOBRÁVEL
				TOTAL:	R\$ 855,06	


Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - LTDA, CNPJ: 51.740.794/0001-60.
Valor: R\$ 1.149,80 (um mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	Bastão para ginástica em PVC 1 metro e 1 kg	UND	20	R\$ 57,49	R\$ 1.149,80	KALLANGO Bastão para ginástica em PVC 1 metro e 1 kg
				TOTAL:	R\$ 1.149,80	


Pago Município, 14 de outubro de 2024.

ROBSON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

[illegible]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
 Av. Princesa Izabel, 320, CEP: 87.230-000
 Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: jussaraprev20@jussara.pr.gov.br
 CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO 6814/2024

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.932 de 20/12/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jussara - JUSSARAPREV, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.646,11 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e onze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Progra	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
6	15	002	0412200252049	100	Manutenção administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.33	3.646,11
TOTAL:							3.646,11

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Progra	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
10	15	002	0412200252049	100	Manutenção administrativa do JUSSARAPREV	3.3.90.40	3.646,11
TOTAL:							6.646,11


Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual - LOA/2024, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2024 e no Plano Plurianual - PPA 2023/2025.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato
 Jussara, 14 de outubro de 2024.

Original assinado

ROBSON PEDROSO DA SILVA
 Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87 235 000
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianapolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 126/2024

JULIANO TREVISAN CORDEIRO,
Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR a servidora **ROSIANI MONTOIA**, matrícula nº 524, ocupante do cargo em nomeação de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, para retornar as atividades laborais a partir do dia 14 de outubro de 2024, interrompendo a Licença Especial, concedida através da Portaria nº101/2024 de 07 de agosto de 2024, conforme Art. 154 da Lei Complementar n.º 048/2022 de 22 de dezembro de 2022, ficando os dias restantes para serem gozados em momento oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO” DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 11 de outubro de 2024.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito do Município de Indianópolis

www.indianapolis.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

ERNANI ALVES DA CUNHA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT, a licença prévia para Fabricação de Produtos de Carne não Integrados ao Abate, e ser implantada na GLEBA PATRIMONIO CIANORTE, 802 - Área Rural de Cianorte - 87212-899 - Cianorte/PR.

Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHIO, 248 - FONE: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeitura.saotome@gmail.com

CEP 87220-000

-

SÃO TOMÉ

-

PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 18

1. DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

1.1. O Prefeito do Município de São Tomé, Ocelio Cesar Ferreira Leite, RECONHECE a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no item I do art. 4º da IN SEGES/ME nº 67, de 08.07.2021, fundamentado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme ETP em TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao processo.

1.2. Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.

1.3. O presente ato que autoriza a contratação direta será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé conforme determina o § 2º do artigo 5º da N SEGES/ME nº 67/2021.

1.4. Encaminhe-se o presente documento para RATIFICAÇÃO pelo Prefeito Municipal, Ocelio Cesar Ferreira Leite, na forma das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

2. DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa e razão da escolha do fornecedor.

2.1.1. O fornecedor escolhido é aquele que apresenta a proposta no menor valor no sistema ComprasBR - Dispensa Eletrônica nº 18, atendendo a todas as exigências do Projeto básico, de apresentação de Proposta e de habilitação.

Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, (Redação dada pela Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021).

2.2. Valor Total: itens todos: EMPRESA: MOVE FIT CIANORTE LTDA - CNPJ: 40.071.089/0001-20.

3. Valor Total da Contratação: R\$ (24.862,10) Vinte e Quatro mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Dez Centavos.

2.4. Diante dos dados expostos, o Prefeito Municipal, RATIFICA a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO na forma ELETRÔNICA, com fulcro no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, fundamentado no item II do art. 4º da IN/SEGES/ME nº 67/2021, conforme ETP e TERMO DE REFERÊNCIA anexos ao processo e AUTORIZA a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.

3. DA EXEQUIBILIDADE DO ATO


3.1. Objetivando a exequibilidade deste Ato composto, com vistas a torná-lo apto e disponível para produzir seus regulares efeitos, o mesmo é assinado pelas autoridades que procederam ao reconhecimento e à ratificação acima.

3.2. Da Publicação:

3.2.1. A publicidade da contratação se dará na forma prevista no §2º, Artigo 5º da N SEGES/ME nº 67/2021.

OCÉLIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS		
Praça Carreiras, 150 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax: (41) 3674.1108 - 3674.1160 - CNPJ 75.798.350/0001-77 E-mail: indianopolis@indianopolis.pr.gov.br		
INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ		
DECRETO Nº 88/2024		
Sumula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.		
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, JULIANO TREVESAN CORDEIRO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Lei nº 693 de 2023, de 19 outubro de 2023,		
DECRETA:		
Art. 1º. - Fica aberto ao orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 507.325,70 (Quinhentos e Sete Mil, Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta Centavos) destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:		
Suplementar	Descrição	Valor
00000000	GABINETE DO PREFEITO	-
02.02.01	DIRETORIA DO GABINETE DO PREFEITO	-
04.02.02.0002.0004	CONDOMÍNIO DE SERVIÇOS DE TI	-
04.02.02.0002.0004	ADMINISTRAÇÃO CIVIL	-
04.02.02.0002.0004	CODIGO-RECURSOS Ordinários (Luzes)	\$ 4.400,00
04.02.02.0002.0004	SUBTOTAL:	\$ 4.400,00
06.00.00	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	-
06.00.02	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA	-
15.00.03.01.0047	Manutenção de Serviços de Limpeza e coleta de lixo	-
15.30.30.00.0004	MATERIAL DE CONSUMO	-
15.30.30.00.0004	CODIGO-RECURSOS Ordinários (Luzes)	\$ 2.279,70
15.30.30.00.0004	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	-
15.30.30.00.0004	Manutenção de Serviços de Placas, Pared e jardins	-
15.30.30.00.0004	MATERIAL DE CONSUMO	-
15.30.30.00.0004	CODIGO-RECURSOS Ordinários (Luzes)	\$ 4.400,00
15.30.30.00.0004	Manutenção de Serviços de Canteiros e Paisagismo	-
15.30.30.00.0004	MATERIAL DE CONSUMO	-
15.30.30.00.0004	CODIGO-RECURSOS Ordinários (Luzes)	\$ 7.795,00
15.30.30.00.0004	Manutenção de Serviços de Placas e Jardins	-
15.30.30.00.0004	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	-
15.30.30.00.0004	CODIGO-RECURSOS Ordinários (Luzes)	\$ 3.800,00
15.30.30.00.0004	SUBTOTAL:	\$ 18.374,70
15.30.30.00.0004	FUNDO MUNICIPAL DE BALCÃO	-
15.30.30.00.0004	FUNDO MUNICIPAL DE BANCALCÃO – ILUSTRAT	-
15.30.30.00.0004	Manutenção de Projeto Alameda Balcão em Baide	-
15.30.30.00.0004	MATERIAL DE CONSUMO	-
15.30.30.00.0004	CODIGS-Emendas Individuais Implacáveis – finalização definitiva –	\$ 20.000,00
15.30.30.00.0004	Emenda Parlamentar nº 100	\$ 1.500,00
1.450	CRISS-RECURSOS ESTADUAL AO PRP – BR 456	\$ 1.500,00

 MUNICÍPIO DE INDIATUBA Praca Caruaru, 150 - Centro - CEP 87.235 000 Fone/Fax: 54 34.9674 / 1108 - 3601 - 1.560 - CNPJ 25.746.335/0001-77 E-mail: abn@niti.indaiatuba.sp.gov.br																									
INDAIATUBA - ESTADO DO PARANÁ																									
07.002	MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SAÚDE - SAÚDE																								
07.3.002.0001.2007	Plano de Serviços Hospitalares e de Saúde da Comunidade																								
3.3.90.34.0001.2007	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORANTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO																								
2420	60200-Despesas Obrigatórias (P/LR)												294.700,00												
3.3.90.36.0001.2007	OUTROS VALORES DE TERCEIROS - PESSOA FISICA																								
2470	01490-Anciação de Morte e Alimenta Complementar Ambulatorial e Hospitalar												15.000,00												
	SUBTOTAL												310.800,00												
09.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA																								
09.001.01	GABINETE DO DIRETOR																								
3.3.90.01.1.2001	Manutenção e Conservação de Bens de Equipamento																								
3.1.90.11.0001.2001	RENTIMOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL																								
3.1.90.11.0001.2001	RENTIMOS																								
3.1.90.01.1.2001	Manutenção e Conservação de Bens - Educação Infantil																								
3.1.91.1.13.0001.2001	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS																								
3.1.91.1.13.0001.2001	01141-Contribuição Social e Ações Similares												6.500,00												
	SUBTOTAL												71.400,00												
10.001	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																								
10.001.01	MUNICÍPIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																								
3.3.90.34.0001.2007	Aluguel de Imóveis e Locação de Veículos																								
3.3.90.36.0001.2007	MATERIAL DE CONSUMO																								
09.244.0003.2113	Gratidão do Bônus Financeiro e Cessão Livre												900,00												
09.244.0039.2010	Gratidão do Bônus Financeiro e Cessão Livre - JUROS																								
09.244.0039.2010	Gratidão do Bônus Financeiro e Cessão do Proprieto Bônus Sentido																								
6070	02040-Bônus de Financiamento e Gratidão do Proprieto Bônus Sentido																								

Representante da APMI:
Titular: Ione Maria Castiglioni Tausca
Suplente: Maria Analide Costa

Representante Portador de Deficiência ou Mobilidade Reduzida:
Titular: Adriane Francisco Sobrinho
Suplente: Jaime Pereira de Souza


Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e arquive-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guapozema - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de outubro - ano de dois mil e vinte e quatro.


Gilberto Castiglioni
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 55 – FONE: (41) 9114-2522 / (41) 914-2521 / (41) 9145-2444
Site: www.assomaniadomunipar.gov.br e e-mail:
assomaniadomunipar@assomaniadomunipar.gov.br
CEP 71.211-000 São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63



EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2024 - PMSPM
DIA DE ASSINATURA DO CONTRATO 14 de outubro de 2024.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.909.617/0001-63.

CONTRATADA: LOCATELLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.835.580/0001-01, sediada na Rua Marfim, nº 41, Jardim Santa Rosa, Telefone: (41) 9734-8888, CEP: 87.000-105, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM BASE GRADUADA/IMACADAME – TST**, atendendo a Secretaria Municipal de Viagem e Urbanismo, em requisição ao Instrumento de Repasse celebrado entre a Caixa Econômica Federal nº 4125555/2023, firmado entre a Itaipu Binacional e o município de São Manoel do Paraná.

ORIGEM: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2024 - PMSPM


VALOR GLOBAL: R\$ 1.179.000,00 (Um milhão, setecentos e setenta e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 23 (vinte e três) meses contados a partir da data de assinatura do contrato.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.


Pauçal Municipal "Trize de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 14 de setembro de 2024.

ACNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

<div>  <div> Prefeitura Municipal de São Tomé CNPJ 7.398.128/0001-20 PRACA PROFESSOR PEDRO RECCOZI, 244 - JARDIM: (0084) 3607-1280 e-mail: prefeitura.saotome@gmail.com CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ </div> </div>								
1	16	MELANCIA	KG	618	3,07	1.865,7		
1	17	MILHO	KG	300	7,05	2.100		
1	18	MORANGO	KG	363	25,78	9.358,14		
1	19	PEPINO	KG	80	8,27	421,4		
1	20	REPOLHO	KG	340	4,54	1.523,6		
1	21	TOMATE	KG	420	7,06	2.965,2		
1	22	NIQUEM	KG	50	14,85	742,5		
TOTAL							48.731,79	
TOTAL FAMILIA DE SÃO ELOISA								
Cole	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço Total	
1	3	ALFACE			KG	100	1,36	619,00
1	3	BANANA			KG	180	4,54	817,20
1	3	BANANA PRATA			KG	286	8,23	2.361,58
1	11	COQUE			KG	50	1,3	1.741,25
1	13	LIMÃO			KG	45	4,68	210,60
1	14	MANDIOCA			KG	200	7,52	1.504,00
TOTAL							5.255,55	
TOTAL GARCIA LOPES PIRES								
Cole	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço Total	
1	1	ABOBRINHA			KG	100	5,51	551,00
1	2	ACEROLA			KG	80	7,33	439,80
1	3	CHERO VERDE			KG	35	14,45	505,75
1	11	COQUE			KG	50	6,13	306,50
1	14	MANDIOCA			KG	200	7,52	1.504,00
1	18	MORANGO			KG	177	25,78	4.563,06
1	21	TOMATE			KG	80	7,06	564,80
TOTAL							84.841,91	

(doze) meses, na Prefeitura Municipal de São Tomé, por conta exclusiva do proponente vencedor.

O pagamento será efetuado em até 30 (dias) dias, após a entrega/recepção de todos os materiais/serviços pelo proponente vencedor, mediante Nota Fiscal e a apresentação das certidões negativas de débitos do INSS e do FGTS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal "Manoel Feres Filho"
 Rua: 1440-1442-1337, 1440-1442-1337, 1440-1442-1337, 1440-1442-1337
 JAPURÁ - PIAUÍ/BRASIL PARANÁ


PORTARIA Nº 272 / 2024

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CUAJARIOTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE





CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR HUGO FERNANDO ABONIZO CERESHO, LOTADO NO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CARGO EFETIVO DE PSICÓLOGO, A PARTIR DE 14/10/2024 A 02/11/2024, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 01/02/2023 A 31/01/2024.

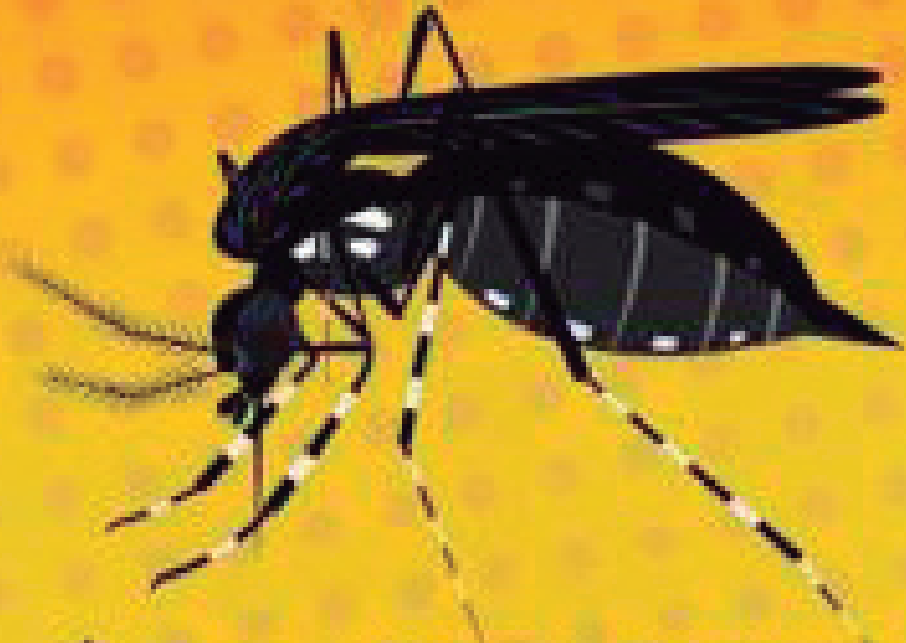
PAÇO MUNICIPAL "MANOEL FERES FILHO" DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 14 DE OUTUBRO DE 2024.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
 PREFEITA MUNICIPAL

Assinada no Rótulo Nº 363, Conto, CEP 72225-000

<div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 442 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1314 CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div><p>PORTARIA Nº 014/2024</p><p>JOSÉ ROBERTO MASCHIO, Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art.1º - Conceder férias parciais de 10 (DEZ) dias ao Servidor WESLEY ADRIANO FONZAR DE OLIVEIRA, Matrícula 13, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR pelo período aquisitivo compreendido entre 31 de março de 2022 a 31 de março de 2023, para serem gozadas entre o dia 16 a 25 de outubro de 2024.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.</p><p>Edifício da Câmara Municipal de Indianópolis, em 14 de outubro de 2024.</p><div><p>JOSÉ ROEBRTO MASCHIO Presidente da Câmara Municipal Indianópolis/PR</p></div><p>www.cmindianopolis.pr.gov.br</p></div>	<div><div>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235.000 Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div><p>PORTARIA Nº 127/2024</p><p>JULIANO TREVISAN CORDEIRO, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art. 1º - EXONERAR a pedido, das funções de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, e dos respectivos vencimentos, a Servidora ROSIANI MONTOIA, matrícula nº 524, voltando ao seu cargo de origem de Professor, a partir de 14 de outubro de 2024.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.</p><p>PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO” DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 14 de outubro de 2024.</p><p>JULIANO TREVISAN CORDEIRO Prefeito do Município de Indianópolis</p><p>www.indianopolis.pr.gov.br</p></div>	<div><div>CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE CNPJ/MF nº 80.909.245/0001-75</div></div> <div><p>EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023</p><p>CONTRATANTE: CAPSECI – Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Cianorte, CNPJ/MF nº 80.909.245/0001-75.</p><p>CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-02.</p><p>OBJETO: Prestação de serviços de seguro do veículo de propriedade da CAPSECI.</p><p>FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, II, c/c art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.</p><p>VALOR ORIGINAL: R\$ 1.680,51 (mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) anual.</p><p>VALOR ATUALIZADO: R\$ 1.680,51 (mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) anual.</p><p>VIGÊNCIA: 12/10/2024 a 12/10/2025.</p><p>DATA: 10/10/2024.</p><p>Giovana Sayuri Medeiros Hirata Superintendente da CAPSECI</p></div>
--	--	--



É HORA DE REDOBRAR
A ATENÇÃO CONTRA
FEBRE AMARELA

NOSSA LUTA AGORA
É AINDA MAIOR!

ELIMINE OS FOCOS DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI QUE TRANSMITE TODAS ESSAS DOENÇAS:

- Febre Amarela
- Dengue
- Zica Virus
- Chikungunya

VACINAÇÃO:
Se você ainda não se vacinou contra Febre Amarela, procure um CIAF mais próximo

IMPORTANTE:
Levar a carteira de vacinação

SINTOMAS DA FEBRE AMARELA:
Febre, dor de cabeça, calafrios, náuseas, vômito, dores no corpo, peles e olhos amarelados e hemorragias